

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	02
2.	INDESP: UMA VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO.....	03
3.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	04
	3.1. Programa Esporte Solidário.....	04
	3.2. Programa Brasil Potência Esportiva	06
	3.3. Programa Esporte Direito de Todos.....	08
	3.4. Programa Gestão da Política do Esporte	11
4.	PROGRAMAÇÃO DESENVOLVIDA	11
5.	GESTÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS	34
6.	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	35
	6.1. Recursos Humanos.....	35
	6.2. Execução Orçamentária e Financeira.....	36
7.	BINGOS.....	44
8.	CONVÊNIOS	45

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

1. INTRODUÇÃO

O esporte, inegavelmente, é um fenômeno que vem, ao longo do tempo, ganhando cada vez mais relevância no contexto da sociedade brasileira. As atividades físicas começaram a merecer tratamento institucionalizado a partir de 1851, na última metade do Império, com a edição da Lei nº 630, de 17 de setembro, que incluiu a ginástica no currículo das escolas primárias. Em 1858, pelo Decreto nº 2.116, de 11 de março, foram incluídas a esgrima e a natação nos Cursos de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar e, anos depois (1856), são introduzidos exercícios graduados de ginástica e princípios gerais de Educação Física nos cursos das Escolas Normais do Município da Corte. Após a Constituição da República (1891), o Brasil dá o salto definitivo para a estruturação do seu esporte e para a criação das suas bases esportivas. Em 1922 o então Ministro da Guerra cria o Centro Militar de Educação Física, destinado a dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas. Antes, em 1916, o Decreto nº 1058, de 29 de janeiro, regulamentava o Serviço de Inspeção Médica nas escolas do Distrito Federal e conferia ao médico a competência de dirigir a Educação Física dos alunos. Sob a égide da Constituição de 1934, de caráter socializante, marcado pela intervenção crescente na ordem social, surgiu a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criando a Divisão de Educação Física – DEF, no então Ministério da Educação e Saúde Pública. O Decreto nº 1.056, de 19 de janeiro de 1939, instituiu a Comissão Nacional de Desportos, primeiro órgão colegiado inserido no sistema desportivo.

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, primeira norma efetivamente regulamentadora do esporte no Brasil, estabeleceu “as bases da organização geral dos desportos em todo o País” e instituiu o Conselho Nacional de Desportos – CND, substituto daquela Comissão. A estrutura desportiva engendrada naquele diploma legal subsistiu, com algumas adequações, até 1975, com o advento da Lei nº 6.271, de 8 de outubro, instituindo “normas gerais sobre desporto”, amparada no art. 8º, inciso 17, letra **g**, da Constituição Federal de 1967, que conferia competência à União para legislar sobre normas gerais sobre desporto. Era a primeira vez que o tema desporto figurava expressamente em texto constitucional. Posteriormente, no auge do processo de redemocratização do País, a Constituição Federal de 1988 contemplou o esporte com um tratamento diferenciado, impondo ao Estado o “dever de fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um”, o que denota a sua importância no campo das políticas públicas. Sob o manto desse mandamento constitucional foi editada a Lei nº 8.672, de 1993, denominada “Lei Zico” em decorrência do então titular da Secretaria de Desportos da Presidência da República, substituída, em 24 de março de 1998, pela atual Lei nº 9.615, conhecida como “Lei Pelé”, à época Ministro de Estado Extraordinário de Esportes.

A criação do Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999, vem coroar a relevância do esporte no contexto da sociedade brasileira. Sua utilização como um importante instrumento de políticas sociais, em especial nas áreas de saúde e educação, reflete o esforço governamental na busca de soluções que visam assegurar a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A realidade do desporto brasileiro e a busca cada vez mais aprimorada de propiciar melhores condições ao seu desenvolvimento, motivaram a realização de um trabalho de planejamento executivo com o objetivo de nortear e, mais do que isso, contribuir para a implantação de uma cultura de gestão pró-ativa no extinto Indesp, consubstanciado no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, utilizado como um instrumento de gerência e, antes de mais nada, como um balizador de todas as ações consignadas na Lei de Orçamento Anual (LOA), levadas a efeito pelas respectivas Diretorias.

Na linha do paradigma das organizações modernas, o Indesp vinha adotando a prerrogativa das parcerias. Estados, Municípios, organizações privadas e comunidades formaram o elo essencial às grandes realizações dessa entidade, na medida em que tornaram viáveis projetos e programas que a esfera federal, por si só, não teria condições de levar a efeito.

Entretanto, é oportuno frisar que a extinta Autarquia conviveu com graves dificuldades operacionais, basicamente provocadas pela aguda carência qualitativa e quantitativa de pessoal, ensejando, em alguns casos, a não consecução de metas planejadas pela instituição. Sabe-se que essa insuficiência de recursos

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

humanos não foi um privilégio da entidade, mas não há como se evitar tal registro, porquanto isso realmente se constituiu num incômodo óbice às pretensões mais ambiciosas do extinto órgão, o que, todavia, em nenhum momento retirou a motivação, interesse e dedicação da equipe que integrava a estrutura do extinto órgão.

Feitas estas considerações preliminares, há que se esclarecer que o Relatório ora apresentado consubstancia, entre outros aspectos que caracterizaram a gestão 2000, as principais ações do MET/Indesp com ênfase às realizações físico-financeiras dos projetos/atividades, o impacto das ações empreendidas junto à comunidade desportiva e a sociedade, bem como informações pertinentes às áreas meio e fim do órgão, cabendo relevar que a vedação à transferência de recursos no período de três meses que antecedeu as eleições de outubro 2000, imposta pela Lei Eleitoral, combinada com a extinção do órgão em 27 de outubro, constituíram-se em obstáculos extremos à consecução integral das metas programadas e até mesmo a inexecução de algumas.

Derradeiramente, ressalte-se que a elaboração do presente documento foi pautada nas orientações emanadas da Secretaria Federal de Controle Interno, ínsitas no Ofício nº 6110, de 11 de dezembro de 2000.

2. INDESP: UMA VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - Indesp, Autarquia Federal, foi criado em 1º de março de 1995, com a edição da Medida Provisória nº 931 (art. 37), herdando as atribuições da Secretaria de Desportos e do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Desporto – FUNDESP, quais sejam as de promover e desenvolver a prática do desporto nacional.

Após 68 meses de existência, o Indesp veio a ser extinto com a publicação, em 27/10/2000, da Medida Provisória nº 2.049-24, que transferiu suas atribuições ao Ministério do Esporte e Turismo. Vale ressaltar que nessa sua curta existência, a extinta autarquia esteve subordinada ao então Ministério da Educação e do Desporto, por duas vezes, ao extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes e, a partir de 1999, ao Ministério do Esporte e Turismo.

Durante esse período, o Indesp contou com nada menos que seis Presidentes, um deles em caráter de interinidade pelo período de 15 meses (gestão mais duradoura), fato que, aliado aos acontecimentos nefastos ocorridos em 1997, que culminaram com a exoneração de parte de seu corpo diretivo, e com a ampla veiculação de denúncias pelos meios de comunicação nacional envolvendo os jogos de bingos, em 1999, em que pese não prejudicarem totalmente o desenvolvimento das ações atribuídas ao órgão, ocasionou, como não poderia ser diferente, algumas dificuldades em sua gestão, colaborando, de certo modo, para a sua extinção.

A missão do extinto Indesp era a de “exercer o papel do Estado no fomento às práticas esportivas, como direito de cada um, contribuindo para a construção da cidadania, a inserção social, a melhoria da qualidade de vida da população e da imagem do país”, tendo como finalidades essenciais, a proposição do Plano Nacional de Desporto, ouvido o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro; a implantação das decisões relativas ao Plano e aos programas de desenvolvimento do esporte; a realização de estudos, o planejamento, a coordenação e a supervisão do desenvolvimento do esporte; a captação de recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos esportivos; o zelo pelo cumprimento da legislação esportiva; a prestação de cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; a manutenção de intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais e governos estrangeiros; a articulação com os demais segmentos da Administração Pública Federal para execução de ações integradas na área do esporte; a prestação de apoio técnico e administrativo ao CDDDB; e a elaboração de projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A gestão do esporte nacional, a partir do exercício de 2000, teve como escopo, no âmbito da instituição, o desenvolvimento de quatro grandes programas: *Brasil Potência Esportiva*, *Esporte Direito de Todos*, *Esporte Solidário* e *Gestão da Política do Esporte*, sob os quais se desenvolveram os projetos e as ações atinentes ao órgão, além do Projeto *Pintando a Liberdade*, inserido no Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário do Ministério da Justiça. Na esfera institucional-legal, merece destaque a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, introdutora de alterações na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), que, além de adequar a redação do texto legal, tornou facultativa a transformação das entidades esportivas em empresas e transferiu à Caixa Econômica Federal as autorizações e fiscalização dos jogos de bingos no País.

A seguir, são apresentados, de forma sucinta, os quatro grandes programas que nortearam as realizações do extinto Instituto durante o exercício de 2000, destacando as ações desenvolvidas na esfera de cada Plano Interno (PI).

3.1. PROGRAMA ESPORTE SOLIDÁRIO

O objetivo desse Programa é o de diminuir a situação de exclusão e risco social de crianças, adolescentes e jovens carentes, de 7 a 24 anos, pela intensificação da prática esportiva. Seu desenvolvimento decorreu da execução de seis ações programáticas: **implantação de núcleos de esporte em comunidades carentes**, com o fito de possibilitar o desenvolvimento de ações educativas a comunidades carentes no campo do esporte, integradas às atividades de reforço escolar, alimentar, educação para a saúde e arte-educação; **funcionamento de núcleos de esporte em comunidades carentes**, com o objetivo de manter núcleos de esporte em condições de perfeito funcionamento; **modernização de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes**, com vistas a disponibilizar, em áreas carentes, instalações e equipamentos modernos para a prática desportiva; **implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes**, com o intuito de propiciar maior integração social e melhor qualidade de vida para pessoas carentes; **capacitação de recursos humanos em esporte**, destinada a oferecer condições de aprendizado e atualização para profissionais, acadêmicos e estagiários na esfera do esporte educacional; e **apoio a projetos preventivos de caráter social voltados ao esporte e à integração comunitária**, inserida no orçamento em junho de 2000, mediante crédito extraordinário no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública.

Referidas ações alicerçaram três linhas básicas ou “Planos Internos” (PI), identificados como *Esporte Solidário*, *Esporte Educacional* e *Infra-estrutura Esportiva*, refletores e delimitadores das execuções programadas.

O *Esporte Solidário* almeja a valorização das atividades lúdico-desportivas, como atos humanos e sociais no exercício da cidadania, pautando-se no dever constitucional do Estado de fomentar a prática esportiva. Utiliza o esporte como instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, na faixa etária de 7 a 24 anos, respeitadas as experiências e expectativas individuais, estimulando a prática esportiva aliada às ações de reforço escolar, reforço alimentar, educação para a saúde e arte-educação.

Atualmente encontram-se implantados e em perfeito funcionamento 538 núcleos de esporte, distribuídos em 368 municípios de 23 Estados, envolvendo 137.797 crianças, adolescentes e jovens de comunidades carentes, graças às parcerias efetivadas com entidades de todas as esferas do Governo e Organizações Não-Governamentais. Em 2000, o extinto Indesp destinou a estes parceiros recursos financeiros da ordem de R\$ 7,8 milhões. A implantação desses núcleos, mediante parcerias efetivadas com estados, municípios e instituições públicas e privadas, deu enfoque às entidades localizadas em municípios com menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e que disponibilizassem estrutura física-esportiva para o desenvolvimento das atividades, encaminhassem proposta pedagógica em consonância com o Programa, implementassem atividades esportivas diversificadas e atendessem, prioritariamente, a crianças, adolescentes e jovens entre 7 e 24 anos de idade, apoiando-se a manutenção daqueles que apresentassem relatório das atividades realizadas no ano anterior,

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

mantivessem as diretrizes desenvolvidas na sua implantação e demonstrassem acréscimo na relação custo/benefício. O quadro a seguir traz um demonstrativo dos núcleos de esporte implantados e em funcionamento em todo o País, os recursos disponibilizados em cada Estado e a quantidade de crianças, adolescentes e jovens, da faixa etária de 7 a 24 anos, beneficiadas:

Nº	REGIÃO NORTE	VALOR (R\$)	NÚCLEOS	BENEFICIÁRIOS
1	ACRE	133.573,01	10	3.050
2	AMAPÁ	82.726,00	4	500
3	PARÁ	180.000,00	1	1.500
4	RONDÔNIA	46.990,00	2	550
5	RORAIMA	25.632,00	3	300
6	TOCANTINS	180.000,00	2	800
	TOTAL	648.921,01	22	6.700
Nº	REGIÃO NORDESTE	VALOR (R\$)	NÚCLEOS	BENEFICIÁRIOS
7	BAHIA	648.941,25	32	11.400
8	CEARÁ (*)	0,00	15	27.682
9	MARANHÃO	582.000,00	23	8.600
10	PARAÍBA	30.758,00	3	360
11	PERNAMBUCO	148.948,12	6	1.150
12	PIAUI	1.745.997,28	102	20.000
13	RIO GRANDE DO NORTE	187.087,50	14	4.535
	TOTAL	3.343.732,15	195	73.727
Nº	REGIÃO SUDESTE	VALOR (R\$)	NÚCLEOS	BENEFICIÁRIOS
14	MINAS GERAIS	1.766.719,55	155	20.220
15	RIO DE JANEIRO	101.849,44	30	10.200
16	SÃO PAULO	312.196,25	21	4.520
	TOTAL	2.180.765,24	206	34.940
Nº	REGIÃO SUL	VALOR (R\$)	NÚCLEOS	BENEFICIÁRIOS
17	PARANÁ	322.750,00	13	4.550
18	RIO GRANDE DO SUL	262.525,00	15	2.700
19	SANTA CATARINA	17.087,50	1	200
	TOTAL	602.362,50	29	7.450
Nº	REGIÃO CENTRO-OESTE	VALOR (R\$)	NÚCLEOS	BENEFICIÁRIOS
20	DISTRITO FEDERAL	320.180,00	27	5.170
21	GOIÁS	208.545,00	11	3.100
22	MATO GROSSO	106.045,00	8	1.560
23	MATO GROSSO DO SUL	458.927,01	20	5.150
	TOTAL	1.093.697,01	66	14.980
	TOTAL GERAL	7.869.477,91	538	137.797

(*) os núcleos implantados anteriormente no Ceará foram mantidos, em 2000, pelo próprio Estado.

O Esporte Educacional tem como finalidade principal garantir a prática do esporte como instrumento de desenvolvimento integral dos indivíduos para a formação da cidadania. Sua prioridade é o atendimento a crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda e de escolas públicas de ensino formal. Busca, fundamentalmente, aplicar a premissa de democratização do esporte, criando oportunidade de práticas esportivas educacionais às populações menos favorecidas, ampliando, assim, o conceito do esporte moderno para além da performance. As ações desenvolvidas nesse pilar, destinaram-se à realização de projetos com as características acima descritas, consoante um modelo pré-concebido que contemplava diversas atividades interrelacionadas e

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

complementares, bem como ao fortalecimento da idéia de processo esportivo educacional, assegurando a continuidade de projetos implantados em anos anteriores.

Nesse Programa foram apoiados, em 2000, 13 projetos que atenderam diretamente um contingente em torno de 34.200 crianças e adolescentes, com a implantação de 57 núcleos de esporte educacional em todas as regiões do País e a manutenção de outros 53, democratizando a prática esportiva para aquele contingente com recursos da ordem de R\$ 1 milhão.

Ademais, foi propiciada a capacitação de recursos humanos em esporte educacional a 208 profissionais, preparando-os para o exercício de papéis em um modelo de esporte diferenciado do modelo dominante e direcionado à maior parte da população,.

Ainda no contexto desse Programa ressalta-se o PI *Infra-estrutura Esportiva*, cuja finalidade é a de apoiar a construção, modernização e adequação de quadras, ginásios e outros espaços esportivos, nas áreas de reconhecida carência e de população de baixa renda, mediante convênios celebrados, especialmente, com Prefeituras Municipais. Face à crescente demanda que se reflete na também crescente quantidade de emendas parlamentares ao Orçamento da União, o que demonstra o grande interesse em se dotar as comunidades de espaços adequados à prática desportiva, o extinto Indesp firmou contrato com a Caixa Econômica Federal visando a operacionalização desses projetos de infra-estrutura, tendo sido proporcionado, em 2000, a construção, reforma e adequação de cerca de 830 espaços desportivos, com recursos que giraram em torno de R\$ 120 milhões, além do atendimento a 6 projetos de infra-estrutura no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública.

3.2. PROGRAMA BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA

Esse Programa destina-se a promover mudanças qualitativas e quantitativas no Sistema Nacional do Desporto e a estimular o desenvolvimento dos níveis de competência administrativa e desportiva que lhe permita o pleno exercício de sua autonomia organizacional e operacional, visando a melhoria do desempenho dos atletas brasileiros, inclusive os portadores de deficiência, em competições nacionais e internacionais, bem como a promoção da imagem do País no exterior.

Desenvolveu-se, em 2000, através das ações de **capacitação de recursos humanos para o esporte de rendimento**, de fundamental importância para a qualidade na gestão esportiva e nos resultados buscados; de **apoio à participação de delegação brasileira em competições nacionais e internacionais**, para estimular resultados expressivos nas competições nacionais e internacionais promovendo a imagem do País interna e externamente; e de **promoção de eventos esportivos de rendimento**, a fim de incrementar a participação brasileira no esporte de rendimento como fator estratégico para divulgação do País, motivando a sociedade para a prática esportiva. Tais ações, a nível programático, encontram-se desdobradas para identificar o atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

Os princípios fundamentais que orientam a organização e o funcionamento do desporto de rendimento no país estão consubstanciados nos textos do artigo 7º, inciso II e VI, da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Os recursos destinados ao Programa Brasil Potência Esportiva são específicos para atender às entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais e, quanto ao desporto para pessoas portadoras de deficiências, também nacionais, de acordo com critérios que incluem a abrangência das competições e os resultados obtidos nos últimos anos. Nesse Programa, a prioridade de atendimento se direciona para as modalidades olímpicas e paraolímpicas, custeando-se despesas com passagens aéreas e terrestres; com hospedagem e alimentação; com transporte local, no caso de realização de eventos internacionais no Brasil; e transporte de equipamentos e implementos indispensáveis à participação brasileira nos eventos, sendo que nas modalidades paraolímpicas atende-se, também, despesas com arbitragem, classificação funcional, premiação, divulgação e transporte terrestre nos eventos promovidos no País.

O extinto Indesp e o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, por força da legislação vigente, firmaram acordo de cooperação técnica visando a conjugação de esforços para o desenvolvimento da prática

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

esportiva de rendimento no País, com a progressiva transferência das iniciativas do setor público federal, nessa área, às entidades desportivas, bem como para o aperfeiçoamento do processo decisório na seleção de eventos a serem atendidos.

Importantes ações foram executadas pelo programa no ano de 2000, dando especial atenção à realização, na cidade do Rio de Janeiro, da XII Assembléia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais – ACNO, considerado o maior evento da comunidade olímpica internacional, que pela primeira vez foi realizada na América do Sul.

Outra importante conquista brasileira foi a participação na 27ª edição dos Jogos Olímpicos de Verão e 11ª dos Jogos Paraolímpicos, em Sidney, Austrália. Realizados a cada quatro anos, tais eventos representam a verdadeira consagração do esporte mundial, cujo objetivo maior é o de favorecer a criação de uma sociedade pacífica e comprometida com a manutenção da dignidade do homem. Para tanto foi necessária a execução de várias ações, dentre elas a montagem da “Casa Brasil”, com a finalidade de promover e divulgar o movimento olímpico e paraolímpico brasileiro, a cultura, as artes, a indústria e o turismo, servindo, também, como ponto de apoio/referência aos atletas, técnicos, jornalistas e torcedores brasileiros durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

O Brasil participou pela primeira vez dos Jogos Olímpicos de Verão em 1920, na Antuérpia, Bélgica. O desempenho da delegação brasileira superou as expectativas, tendo sido conquistadas três medalhas: uma de ouro, uma de prata e uma de bronze, todas obtidas nas provas de tiro. Da Antuérpia a Sydney, em 2000, o Brasil participou de 17 Jogos Olímpicos conquistando, nessas oito décadas, 66 medalhas, sendo 12 de ouro, 19 de prata e 35 de bronze, das quais 6 de prata e 6 de bronze obtidas nas Olimpíadas de Sydney 2000.

Os Jogos Paraolímpicos derivaram das Olimpíadas dos Portadores de Deficiência realizadas em Roma, em 1960, logo após a XVI Olimpíada de Verão, com a participação de 400 esportistas em cadeiras de rodas de 23 países. O termo Paraolimpíada surgiu da composição entre paraplegia e olimpíada, conforme proposição feita por ocasião dos Jogos de 1964, quando, até então, eram realizados somente com atletas paraplégicos. Em 1976 já havia a participação de amputados e cegos e o número de atletas não parou mais de crescer. Hoje, participam paraplégicos e tetraplégicos, cegos e deficientes visuais, paralisados cerebrais, amputados e os chamados *les autres*, em diversas modalidades esportivas. Nas Paraolimpíadas de 2000, que contou com cerca de 4.000 atletas de 125 países competindo em 19 modalidades, o Brasil alcançou o 27º lugar na classificação geral, trazendo para o país um total de 22 medalhas, sendo 6 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze, demonstrando um relevante salto de qualidade se comparado com os resultados das Paraolimpíadas anteriores, fruto do significativo aumento de recursos financeiros direcionados para o apoio dessa área e da política adotada pelo Ministério do Esporte e Turismo/Indesp.

O Programa recebeu um crédito suplementar, no valor de R\$ 10,5 milhões para atender, especificamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB nos XXVII - Jogos Olímpicos de Verão, autorizado por intermédio da Lei nº 9.980, de 5 julho de 2000, objetivando a participação da delegação olímpica brasileira e de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a participação da delegação paraolímpica.

Merece destaque, também, a realização dos 49º Jogos Universitários Brasileiros, evento multidesportivo realizado nas cidades de Guarapari, Vila Velha e Vitória, no Estado do Espírito Santo, nas modalidades de atletismo, basquetebol, *beach soccer*, ciclismo, futsal, ginástica rítmica desportiva, handebol, judô, natação, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol de campo e voleibol de praia, com a participação de 2.436 atletas, 560 dirigentes, 96 árbitros e 217 pessoas da comissão de organização e apoio, totalizando 3.309 (três mil, trezentos e nove) participantes de 22 estados brasileiros, representados por 165 Instituições de Ensino Superior. O atual processo de desenvolvimento dos Jogos Universitários Brasileiros está alavancando o esporte universitário no Brasil. Algumas Instituições de Ensino Superior já o consideram como um grande produto de marketing, resultando em uma distribuição eficaz e eficiente dos investimentos realizados para a formação de equipes fortes que conquistam pontos e títulos e atraem atletas de ponta em quase todas as modalidades esportivas. Os resultados obtidos com os projetos já em execução tornaram possível a distribuição de, aproximadamente, 20.000 (vinte mil) bolsas de estudos para alunos/atletas, possibilitando a alguns, inclusive, ajuda de custo.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

O apoio às entidades nacionais de administração do desporto, que vem se desenvolvendo ao longo dos anos para cumprimento do Calendário Esportivo Internacional, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do esporte de rendimento e para a modernização e democratização das relações e das práticas esportivas, estimulando a qualidade e a eficiência a fim de promover a competência administrativa e valorizar a qualidade do desporto brasileiro. Em 2000 foram atendidas 38 entidades nacionais de administração do desporto que participaram de 132 eventos esportivos, beneficiando 1.250 atletas e 590 dirigentes (técnicos, médicos, preparadores físicos, organização) em competições internacionais realizadas em diversos países e, aproximadamente, 4.793 pessoas, entre atletas brasileiros, estrangeiros e dirigentes que participaram das 16 competições internacionais realizadas no Brasil.

No *Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência* foi apoiado o calendário dos eventos esportivos (competições), em parceria com as entidades nacionais dirigentes do desporto relacionadas com este segmento. Em 2000, o Programa atendeu, aproximadamente, 5.000 atletas e 400 dirigentes de 13 modalidades esportivas, em Campeonatos Brasileiros e Mundiais, Copa Mundial, Olimpíadas Nacionais e Paraolimpíadas. Destacam-se, entre os títulos conquistados pelos atletas brasileiros, o Bi-campeonato Mundial de Futebol de Amputados, o Bi-campeonato Mundial de Futsal de Cegos e Deficientes Visuais e, também, o Bi-campeonato mundial em Luta de Braço para Deficiente Físico.

O Programa possibilitou, também, a capacitação de 155 gestores e técnicos no esporte de rendimento, 120 dos quais especificamente para o segmento das pessoas portadoras de deficiências, destacando recursos da ordem de R\$ 74 mil.

Ressalte-se, ainda, que parte dos recursos destacados para o Programa Brasil Potência Esportiva foram utilizados em parceria com outras áreas do extinto Indesp, visando o atendimento de outras ações contidas nos objetivos do programa, destacando-se, entre elas, os XXIV Jogos Escolares Brasileiros - fase regional e fase final, onde foram disputadas as modalidades de atletismo, basquetebol, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez, masculino e feminino, com participação de mais de 3.000 atletas de diversas escolas de todo o País, e as Olimpíadas Colegiais Esperança 2000, desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação e o COB.

3.3. PROGRAMA ESPORTE DIREITO DE TODOS

O objetivo desse Programa é o de contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, por meio da prática esportiva e do lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais. Seu desenvolvimento transcorreu através de planos específicos (PI) que procuram direcionar as ações para determinadas clientela particulares, sempre no intuito de democratizar as oportunidades de práticas esportivas.

As ações empreendidas nesse Programa foram compartilhadas entre os diversos planos abordados pelo extinto Indesp, que proporcionaram a democratização da prática esportiva a diversos segmentos sociais, com enfoque na valorização do ser humano, contribuindo, sobremaneira, para a formação da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da população brasileira

Nessa linha de atuação, desenvolveram-se as ações **capacitação de recursos humanos em esporte e lazer**, visando oferecer condições de aprendizado e atualização do esporte como meio de educação para professores da rede pública de ensino e para profissionais que trabalham com esporte para pessoas portadoras de deficiência; **modernização de centro científico e tecnológico para o esporte**, para prover e capacitar o meio esportivo de tecnologia moderna e adequada para o bom desempenho de atletas em geral; **promoção de eventos e intercâmbios científicos e tecnológicos**, buscando planejar estratégias de ação voltadas à prática desportiva; promoção de eventos esportivos de identidade cultural e criação nacional, com direção ao incentivo de atividades esportivas com perfis culturais lúdicos herdados pelo povo brasileiro; **implantação e funcionamento de núcleos de esporte**, com o intuito de fomentar o esporte como meio de educação, profissionalismo e lazer, visando ao desenvolvimento dos praticantes para a formação da cidadania; e **promoção de eventos de esporte e lazer**, para apoiar a divulgação de

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

ações no âmbito do esporte educacional, bem como a realização de ações de esporte como instrumento de desenvolvimento integral dos praticantes, para a formação da cidadania.

Na esteira do *Esporte Educacional*, foi propiciada a capacitação de cerca de 3.300 professores, monitores e estagiários, por meio de cursos teórico-práticos de diversas dimensões do esporte como meio de educação, sendo disponibilizado para a tal o montante de R\$ 295 mil. Foram implantados 10 núcleos de esporte e mantidos outros 18, beneficiando a 21.814 crianças e adolescentes com atividades inseridas na perspectiva filosófica do plano, fundamentada nos princípios sócio-educacionais que a caracteriza (totalidade, participação, co-educação, emancipação, cooperação e regionalismo), com recursos da ordem de R\$ 318 mil. Ainda nessa vertente, foram utilizados R\$ 209 mil para a realização dos XXIV Jogos Escolares Brasileiros,.

As *Atividades Físicas para a Terceira Idade* – que tem por objetivo coordenar as ações destinadas ao atendimento da pessoa idosa, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ação Governamental Integrado para Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso - foram implementadas em articulação com entidades do setor público e privado, buscando-se viabilizar, por meio da prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, a melhoria de qualidade de vida da pessoa idosa, a promoção de sua autonomia e de sua participação efetiva na sociedade, através da implantação e manutenção de núcleos de atividades físicas, apoio a eventos esportivos e de lazer bem como a capacitação técnica de pessoal especializado para o atendimento das necessidades desta faixa etária. No exercício de 2000 foram mantidos 93 núcleos de atendimento à terceira idade, distribuídos em 48 municípios de 11 estados, com recursos de R\$ 409 mil, tendo proporcionado assistência a 15.611 idosos.

O PI *Navegar* tem a finalidade de incentivar e popularizar a prática de esportes náuticos, dando oportunidade a crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 15 anos, regularmente matriculados na rede pública de ensino. Busca desenvolver o espírito de equipe e liderança, o raciocínio rápido e a capacidade de concentração, bem como despertar valores de preservação ambiental, além de capacitar as crianças para uma nova área profissional, estimulando a formação e detecção de novos talentos e o aperfeiçoamento do nível técnico desportivo na vela, remo e canoagem. Iniciado em 1999 promoveu, em 2000, o funcionamento de 6 núcleos, utilizando recursos em volta de R\$ 191 mil, totalizando 14 núcleos distribuídos em 7 Estados (Paraná, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás) e oferecendo atendimento a 1.880 crianças e adolescentes.

Proporcionar à população portadora de deficiência o acesso e permanência na prática de atividades físicas, esportivas e de lazer que contribua para o seu processo de educação, reabilitação, manutenção da saúde e equiparação de oportunidades, atuando como elemento facilitador de sua inclusão social e integração na comunidade, é a finalidade do *Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência* nesse Programa, cujas principais ações, no que se refere ao cotidiano da atividade esportiva, são canalizadas para o cumprimento do dispositivo constitucional e da Lei nº 9.615/98, desenvolvendo projetos de fomento esportivo por meio da implantação e manutenção de núcleos, que possibilitam a prática da atividade física, esportiva e de lazer desse segmento social, como também a qualificação de profissionais para atuar nessa área, tendo sido promovidas, em 2000, a implantação de 9 núcleos de atendimento esportivo e a manutenção de outros 14, bem como a realização de 5 cursos de capacitação de professores e de 6 eventos esportivos de integração.

O *Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural* busca promover e estimular as manifestações populares de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes étnicas e históricas. A maior realização em 2000 foi o apoio dado aos III Jogos dos Povos Indígenas, na cidade de Marabá, Pará, que congregou 35 tribos, em 8 modalidades, com a participação de 645 atletas indígenas, com cobertura expressiva da mídia nacional e internacional (França, Japão, Espanha, Portugal, EUA e Alemanha), que prestigiaram os Jogos durante todos os dias e em todos os eventos, além da programação regional que os transmitia ao vivo.

Foram ainda realizados os IV Jogos Rurais na cidade de Arraias/TO, com 200 atletas participantes, e a I Regata do Lago de Furnas na cidade de Capitólio/MG, que contou com a participação de 210 atletas velejadores e canoístas, inclusive com a presença da equipe olímpica de canoagem.

Na ação relacionada à *Ciência e Informação no Esporte*, **promoção de eventos e intercâmbios científicos e tecnológicos no esporte**, apoiou-se a realização de 18 projetos, sendo 14 eventos e 9

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

participações em congressos, reuniões e treinamento de cientistas. Destaca-se nessa ação o I Congresso Internacional Antidoping, realizado em parceria com a Confederação Brasileira de Culturismo e Musculação na cidade de São Paulo, que teve como objetivo definir uma política nacional contra o uso de drogas proibidas no esporte, bem como debater o tema com especialistas de várias partes do mundo, tais como, Austrália, Canada, Espanha, Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, França, Portugal, entre outros. Merece relevância, também, o Fórum Brasil Esporte, realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina/PR, uma das Universidades que congrega a Rede Cenesp, tendo como objetivo promover o intercâmbio científico e tecnológico entre profissionais que atuam na área de ciências, reunindo dirigentes, treinadores e outros profissionais ligados ao esporte, proporcionando a oportunidade de atualização e conhecimentos sobre novas metodologias esportivas.

Destaque para a realização, em Natal/RN, da Assembléia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Desporto – Consude, onde foram assinados Termos de Cooperação e Intercâmbio com a Comissão Nacional de Educación Física del Uruguay, o Governo da Colômbia, o Ministério da Cultura y Deportes da Guatemala, o Ministério de Deportes da Bolívia, o Instituto Peruano del Deportes e com a Secretaria de Estado de Deportes Educación Física y Recreación da República Dominicana. Registre-se que nessa Assembléia o então titular do extinto Indesp veio a ser eleito Presidente desse Conselho.

Proporcionou-se também, pelo intercâmbio Brasil/Cuba, a participação de 10 estudantes de diversos estados brasileiros no Curso de Licenciatura em Educação Física e Desporto, com duração prevista de 5 anos e que se realiza no município de San José de Las Lajas, província de Havana/Cuba, mediante a concessão de transporte aéreo, alojamento, alimentação, vestuário escolar e desportivo, serviços acadêmicos, base do material de estudos, atenção médica, transporte escolar, tinturaria e lavanderia, serviços recreativos e ajuda mensal de 100 pesos.

Procedeu-se, ainda, o concurso temático sobre o esporte “Prêmio Brasil Esporte de Literatura”, de âmbito nacional, com objetivo de estimular a produção de trabalhos nacionais que contribuam técnica, jornalística e cientificamente para o desenvolvimento do esporte. Devido a extinção do Indesp e os contratemplos advindos desta extinção, o resultado do concurso e as respectivas premiações deverão ocorrer em 2001.

Na ação **capacitação de recursos humanos**, integrante desse Programa, foram qualificadas 2.020 no VII Curso de Especialização em Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais, no Treinamento sobre Eficientização Sistêmica e no Curso de Pedagogia do Esporte – “Esporte Educacional Solidário”, assim como 1.800 pessoas através do PI *Gestão Esportiva*, que visa o aperfeiçoamento de profissionais que atuam, desejam atuar ou investir no esporte, desenvolvido em parceria com Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Esportes Estaduais e/ou Municipais, Prefeituras e Entidades Nacionais de Administração do Desporto.

Os *Centros Indesp de Excelência Esportiva – Cenesp*, têm a finalidade de descobrir e acompanhar o desenvolvimento de talentos esportivos no esporte social, capacitar recursos humanos na área do esporte e transferir tecnologias esportivas. Compõem a Rede Cenesp, em caráter efetivo, as Universidades Federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Maria e Brasília e as Estaduais de Pernambuco, Londrina, Santa Catarina e São Paulo, em caráter provisório a Universidade Federal de São Paulo e em fase de análise as Universidades Federais do Rio de Janeiro e Uberlândia. Na ação **modernização de centro científico e tecnológico para o esporte** foram modernizados 4 dos 8 centros efetivos.

Merece registro a aquisição, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de espectômetro de massas de alta resolução, equipamento que faltava, dentre as exigências do Comitê Olímpico Internacional, para dar prosseguimento ao processo de credenciamento ao Laboratório de Controle de Dopagem do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Instituto de Química – LAB DOP – LADETEC – IQ/UFRJ, passando a ser o 28º Laboratório credenciado - 1º da América Latina - condição necessária para o Brasil sediar eventos esportivos internacionais em base regular e indispensável para o país aspirar a ser sede de uma olimpíada.

3.4. PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DO ESPORTE

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

O objetivo desse programa é o de apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área do esporte. Entre as ações desenvolvidas no seu âmbito, destacam-se a **edição e distribuição de material técnico-didático de esporte**, que visa difundir a informação desportiva publicando assuntos de relevante interesse dentro da área de conhecimento esportivo, tendo sido editados 49.000 exemplares entre livros, apostilas, folders e cartazes; o **apoio a estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte**, visando o desenvolvimento da fundamentação técnica de temas envolvidos no cotidiano esportivo, com 2 projetos apoiados; e a **implantação de metodologia de avaliação de programas**, tendo sido utilizada parte dos recursos desta ação para avaliação dos atletas que participaram dos 24º Jogos Escolares Brasileiros e para treinamento, na Rede Cenesp, dos estagiários que irão trabalhar no Projeto Brasil Esporte, que visa a avaliação de crianças e adolescentes com duas vertentes relacionadas ao rendimento e a saúde, viabilizando a descoberta de talentos e a manutenção da saúde.

Além dos planos e ações descritos nos programas acima, merece grande destaque o Projeto *Pintando a Liberdade*, inserido no Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário, a cargo do Ministério da Justiça, cujo objetivo é a ressocialização e profissionalização dos internos do sistema penal, por meio da utilização da mão-de-obra ociosa desses presidiários, lotados em penitenciárias e cadeias públicas, na produção de materiais esportivos. Em contrapartida, além da remuneração pelo trabalho executado, o interno é beneficiado com a redução da pena que lhe foi imputada, na proporção de um dia para cada três trabalhados.

O Projeto *Pintando a Liberdade* consiste na confecção de material esportivo para distribuição nos programas sociais do Ministério do Esporte e Turismo e para atendimento esportivo de caráter social aos estados, municípios e entidades, utilizando a mão-de-obra dos internos do sistema penal brasileiro e a criação de trabalho junto às comunidades mais carentes (frentes de trabalho), objetivando o fomento do esporte de base no País

Atualmente encontra-se implantado em 20 Estados: Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Pará, Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Acre, Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, proporcionando atendimento aos 27 estados da Federação com os cerca de 180.000 materiais produzidos. Desde a sua criação (1997), foram beneficiadas 750 entidades nacionais e 4 entidades internacionais (França, Argentina, Chile e Moçambique), favorecendo 980.000 indivíduos carentes em todo País e no Exterior e gerando emprego direto com a mão-de-obra de 4.800 internos do Sistema penal Brasileiro.

4. PROGRAMAÇÃO DESENVOLVIDA

Os quadros a seguir espelham as realizações físico-financeiras empreendidas em cada uma das ações retrodescritas que tiveram alguma execução (22), identificando as respectivas funcionais programáticas desenvolvidas em cada um dos Programas apresentados, além do *Pintando a Liberdade*, fornecendo uma visão detalhada das dotações financeiras e metas físicas programadas e executadas, valendo lembrar que a plena consecução de cada uma delas restou prejudicada pela extinção do órgão, aliada à vedação de transferência de recursos nos três meses que antecederam as eleições municipais realizadas em 1º de outubro de 2000 (o Indesp veio a ser extinto em 27 de outubro).

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000

ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

PROGRAMA: 27.812.0180 - ESPORTE SOLIDÁRIO

AÇÃO: 27.812.0180.1543 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO DE ESPORTES EM COMUNIDADES CARENTES

FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

POSSIBILITAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS A COMUNIDADES CARENTES NO CAMPO DO ESPORTE, INTEGRADAS AS ATIVIDADES DE REFORÇO ESCOLAR, ALIMENTAR, EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E ARTE-EDUCAÇÃO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0180.1543	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES	11.006	2.177	19,78
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
TOTAL AUTORIZADO	11.006	2.177	19,78

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UN	1	1*	100,00
2 - NÚCLEO IMPLANTADO	UN	105	83*	79,04
3 - MUNICÍPIO BENEFICIADO	UN	1		0,00

COMENTÁRIOS:

Implantação de 53 núcleos de esporte em comunidades carentes, para desenvolvimento de atividades relativas ao PI Esporte Educacional, e de 17 núcleos para desenvolvimento de atividades relativas ao PI Esporte Solidário. 1 espaço esportivo e 13 núcleos foram implantados pelo PI de Infra-estrutura Esportiva.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000

ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

PROGRAMA: 27.812.0180 - ESPORTE SOLIDÁRIO

AÇÃO: 27.812.0180.2667 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES

FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

MANTER NÚCLEOS DE ESPORTE EM CONDIÇÕES DE PERFEITO FUNCIONAMENTO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0180.2667	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	% (B/A)
FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES	9.322	8.531	91,51
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	9.322	8.531	91,51

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - NÚCLEO MANTIDO	UN	551	560	101,56
2 - INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA	UN	3	1	33,33

COMENTÁRIOS:

Manutenção de 57 núcleos de esporte em comunidades carentes para desenvolvimento de atividades na área do Esporte Educacional e manutenção de 503 núcleos para desenvolvimento de atividades na área do Esporte Solidário. 1 Infra-estrutura modernizada pelo PI Infra-estrutura Esportiva.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.812.0180 - ESPORTE SOLIDÁRIO
AÇÃO: 27.812.0180.5450 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

PROPICIAR MAIOR INTEGRAÇÃO SOCIAL E MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA PESSOAS CARENTES

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0180.5450	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES	128.842	87.852	68,18
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	128.842	87.852	68,18

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - OBRA CONCLUÍDA	UN	1		0,00
2 - ATLETA ASSISTIDO	UN	300		0,00
3 - PROJETO DESPORTIVO EDUCACIONAL APROVADO	UN	1		0,00
4 - MUNICÍPIO ATENDIDO	UN	1026	328	31,96
5 - PÚBLICO ATENDIDO	UN	750		0,00
6 - ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UN	73	1	1,36
7 - NÚCLEO IMPLANTADO	UN	14	5	35,71
8 - ENTIDADE APOIADA	UN	1		0,00
9 - MUNICÍPIO BENEFICIADO	UN	52	7	13,46
10 - MÓDULO IMPLANTADO	UN	1	1	100,00
11 - QUADRA DE ESPORTE CONSTRUÍDA E EQUIPADA	UN	824	430	52,18
12 - QUADRA DE ESPORTE REFORMADA, AMPLIADA E EQUIPADA	UN	4	2	50,00

COMENTÁRIOS:

Ação desenvolvida pelo PI Infra-estrutura Esportiva.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0180 - ESPORTE SOLIDÁRIO
AÇÃO: 27.128.0180.5452 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

OFERECER CONDIÇÕES DE APRENDIZADO E ATUALIZAÇÃO PARA PROFISSIONAIS, ACADÊMICOS E ESTÁGIARIOS NO ÂMBITO DO ESPORTE EDUCACIONAL

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.128.0180.5452	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE	565	37	6,54
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	565	37	6,54

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - PESSOA CAPACITADA	UN	2.500	208	8,32

COMENTÁRIOS:

Capacitação de profissionais na área de Esporte Educacional em parceria com as Faculdades Salesianas de Lins, onde foram capacitados 48 profissionais e com a Prefeitura Municipal de Caucaia/CE, onde foram capacitados 160 profissionais.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.812.0180 - ESPORTE SOLIDÁRIO
AÇÃO: 27.812.0180.7809 - APOIO A PROJETOS PREVENTIVOS DE CARÁTER SOCIAL VOLTADOS AO ESPORTE E A INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

--

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0180.7809	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
APOIO A PROJETOS PREVENTIVOS DE CARÁTER SOCIAL VOLTADOS AO ESPORTE E A INTEGRALIZAÇÃO COMUNITÁRIA	20.000	1.195	5,98
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	20.000	1.195	5,98

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - PROJETO APOIADO	UN	100	6	6,00

COMENTÁRIOS:

Ação executada pelo PI Infra-estrutura Esportiva. Projeto inserido no orçamento em 21 de junho de 200, mediante crédito extraordinário no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, o qual, em virtude das vedações da Lei Eleitoral e da extinção do órgão, não pode ser melhor executado. Foram transferidos ao MET, após a extinção do Indesp, R\$ 18.804.750,00

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0181 - BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.128.0181.1535 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

ASSEGURAR AS ENTIDADES FEDERAIS DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO A MELHORIA DA QUALIDADE DO ESPORTE BRASILEIRO DE RENDIMENTO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.128.0181.1535	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO	50	22	44,00
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	50	22	44,00

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - PESSOA CAPACITADA	UN	30	35	116,66

COMENTÁRIOS:

A capacitação de gestores e técnicos é de fundamental importância para a qualidade na gestão esportiva e nos resultados buscados. A extinção do INDESP e a morosidade no processo de implantação da nova Secretaria dificultaram a tramitação de projetos e processos, fato que impediu a liberação de novos recursos porém não impediu que a meta fosse sobejada.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0181 - BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.128.0181.1567 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ESPORTE DE RENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

PROPORCIONAR A FORMAÇÃO E O APRIMORAMENTO DE PROFESSORES E TÉCNICOS PARA ATUAREM COMO ESPORTE DE RENDIMENTO JUNTO A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.128.0181.1567	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
CAPACITAÇÃO DE RH PARA ESPORTE DE RENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	274	52	18,97
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	274	52	18,97

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - PESSOA CAPACITADA	UN	300	120	40,00

COMENTÁRIOS:

A capacitação de gestores e técnicos é de fundamental importância para melhorar a qualidade na gestão esportiva e nos resultados buscados. Considerando a realização dos Jogos Paraolímpicos, foi dada prioridade a execução dos eventos esportivos pré-seletivos para definição de modalidades e atletas que comporiam a delegação brasileira. Após a Paraolimpíada seriam realizados cursos visando a capacitação de recursos humanos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0181 - BRASIL POTENCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.811.0181.1618 - PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE RENDIMENTO PARA PESSOAS PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA EM COMPETIÇÕES DE RENDIMENTO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.811.0181.1618	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE RENDIMENTO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	5.220	4.940	94,63
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0	0	
TOTAL AUTORIZADO	5.220	4.940	94,63

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - DELEGAÇÃO APOIADA	UN	6	8	133,33

COMENTÁRIOS:

Tem sido considerável o aumento da procura por atividades físicas e desportivas por parte das pessoas portadoras de deficiência. Como consequência, a cada ano cresce o número de novos atletas que integram as equipes brasileiras e a participação das entidades em eventos internacionais, fazendo com que fossem atendidos cerca de 5.000 atletas e 400 dirigentes de 13 modalidades esportivas em Campeonatos Brasileiros, Mundiais, Olimpíadas Nacionais e Paraolimpíadas.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0181 - BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.811.0181.1619 - PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE RENDIMENTOS
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

ESTIMULAR RESULTADOS EXPRESSIVOS NAS COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PROMOVEDO A IMAGEM DO PAÍS INTERNA E EXTERNAMENTE

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.811.0181.1619	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO BRASILEIRA EM COMPETIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE RENDIMENTOS	16.805	15.021	89,38
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
TOTAL AUTORIZADO	16.805	15.021	89,38

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - DELEGAÇÃO APOIADA	UN	65	132	203,00

COMENTÁRIOS:

O programa recebeu um crédito suplementar, no valor de R\$ 10,5 milhões, para atender, principalmente, o Comitê Olímpico Brasileiro e as Entidades Nacionais de Administração do Desporto, autorizado por intermédio da Lei nº 9.980, de 5 de julho de 2000, com o objetivo de participação nos eventos esportivos classificatórios e pré-olímpicos, além de viabilizar a participação brasileira nos XXVII Jogos Olímpicos de Verão, realizado na cidade de Sydney, Austrália. E mais, montagem da Casa Brasil, em Sydney, que serviu como ponto de apoio/referência dos atletas, técnicos, jornalistas e torcedores brasileiros durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Ademais, foram atendidas 132 delegações, beneficiando 1.250 atletas e 590 dirigentes, nos eventos internacionais realizados em diversos países, e 4.793 pessoas, entre atletas e dirigentes, brasileiros e estrangeiros, que participaram das 16 competições internacionais realizadas no Brasil.

Outra importante ação foi desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação e o Comitê Olímpico Brasileiro, para viabilizar a realização das Olimpíadas Colegial Esperança 2000, para tanto, foi feito um destaque para a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0181 - BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.811.0181.1625 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO ESPORTE DE RENDIMENTO COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA DIVULGAÇÃO DO PAÍS, MOTIVANDO A SOCIEDADE PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.811.0181.1625	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO	812	795	97,90
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
TOTAL AUTORIZADO	812	795	97,90

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
I - EVENTO REALIZADO	UN	2	2	100,00

COMENTÁRIOS:

Parte dos recursos financeiros desta funcional programática, foi usada para viabilizar a realização dos 49º Jogos Universitários Brasileiros, nas cidades de Guarapari, Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo, com o objetivo de estimular os jovens a conquistar êxito na vida acadêmica e na carreira esportiva, possibilitando a atuação dos melhores atletas-estudantes no mais alto nível do desporto mundial. Nesse evento, que envolveu 2.346 atletas, 560 dirigentes, 96 árbitros e 217 pessoas na sua organização, participaram 165 Instituições de Ensino Superior de 22 Estados.

Ressalta-se, ainda, que outra parte dos recursos destacados foi utilizada na realização dos XXIV Jogos Escolares Brasileiros, fase regional e fase final, executado no âmbito do Esporte Educacional, envolvendo mais de 3.000 atletas/estudantes.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.811.0181 - BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA
AÇÃO: 27.811.0181.1626 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO ESPORTE DE RENDIMENTO COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA DIVULGAÇÃO DO PAÍS, MOTIVANDO-OS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.811.0181.1626	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	850	716	84,23
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	850	716	84,23

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - EVENTO REALIZADO	UN	5	18	360,00

COMENTÁRIOS:

Tem sido considerável o aumento da procura por atividades físicas e desportivas por parte das pessoas portadoras de deficiência, como consequência a cada ano cresce o número de novos atletas que se filiam às entidades dirigentes do desporto e passam a participar das competições oficiais, que em muitos casos são regionalizadas, daí o sensível aumento no número final de competições realizadas.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.128.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.128.0182.1520 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

OFERECER CONDIÇÕES DE APRENDIZADO E ATUALIZAÇÃO DO ESPORTE COMO MEIO DE EDUCAÇÃO PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E PARA PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM ESPORTE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.128.0182.1520	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER	1.291	724	56,08
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	1.291	724	56,08

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - PESSOA CAPACITADA	UN	3.698	7.370	199,29

COMENTÁRIOS:

Capacitação de 3.300 profissionais na área de Esporte Educacional e de 4.070 na de Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. A otimização dos recursos em razão da maior participação dos parceiros na realização dos cursos possibilitaram suplantar a meta programada com um expressivo aumento do número de capacitandos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.572.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.572.0182.1616 - MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

PROVER E CAPACITAR O MEIO ESPORTIVO DE TECNOLOGIA MODERNA E ADEQUADA PARA O BOM DESEMPENHO DE ATLETAS EM GERAL

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.572.0182.1616	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	2.003	435	21,71
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	2.003	435	21,71

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - CENTRO DE EXCELÊNCIA MODERNIZADO	UN	7	4	57,14

COMENTÁRIOS:

A elaboração da proposta orçamentária localizando os gastos até o nível estadual prejudicou a execução do projeto. Saliente-se, também, as diversas substituições de dirigentes do órgão, bem como a extinção da autarquia responsável pela execução do programa, o que, todavia, não obstou a superação proporcional da meta programada.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.573.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.573.0182.1623 - PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCAMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

PLANEJAR ESTRATÉGIAS DE AÇÃO VOLTADAS À PRÁTICA DESPORTIVA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.573.0182.1623	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCAMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	805	639	79,37
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	805	639	79,37

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - EVENTO REALIZADO	UN	43	18	41,86

COMENTÁRIOS:

As diversas substituições de dirigentes do órgão, bem como a extinção da autarquia responsável pela execução do programa prejudicou a integral execução do projeto.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.812.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.812.0182.1624 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

INCENTIVAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS COM PERFIS CULTURAIS LÚDICOS HERDADOS PELO POVO BRASILEIRO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0182.1624	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	464	410	88,36
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	464	410	88,36

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - EVENTO REALIZADO	UN	1	3	300,00

COMENTÁRIOS:

Eventos realizados: Jogos Indígenas(R\$ 340.255,55), Jogos Rurais (R\$ 26.200,00) e Regata de Furnas (R\$ 43.700,00), totalizando R\$ 410.055,00. O restante da dotação autorizada (R\$ 54.735,45), seriam destinados aos Jogos de Verão de Iporã, Festival de Capoeira de Feira de Santana e Festival do Esporte Praiano em Aracajú, que não foram realizados em função da extinção do Indesp.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.812.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.812.0182.4412 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0182.4412	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
FUNCIONAMENTO DE NÚCLEO DE ESPORTE	2.146	1.067	49,72
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	2.146	1.067	49,72

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO	%
			(B)	(B/A)
1 - CRIANÇA ATENDIDA	UN	10.000	1960	19,60
2 - NÚCLEO MANTIDO	UN	77	120	168,33

COMENTÁRIOS:

Manutenção de 13 núcleos de esporte pelo PI Navegar, 93 no PI Atividades Físicas para a Terceira Idade e 14 no PI Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.812.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
AÇÃO: 27.812.0182.5453 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

FOMENTAR O ESPORTE COMO MEIO DE EDUCAÇÃO, PROFISSIONALISMO E LAZER, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DOS PRATICANTES PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0182.5453	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	1.674	589	35,18
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	1.674	589	35,18

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - ESCOLA BENEFICIADA	UN	1	0	0,00
2 - MUNICÍPIO ATENDIDO	UN	1	1*	100,00
3 - NÚCLEO IMPLANTADO	UN	51	23*	45,09
4 - ESTADO ATENDIDO	UN	1	0	0,00

COMENTÁRIOS:

Implantação de 10 núcleos de esporte para atividades do Projeto Esporte Educacional . Implantação de 1 núcleo do Projeto Navegar em Três Ranchos/GO. Implantação de 10 núcleos de esporte para pessoas portadoras de deficiência, quais sejam: Rio Verde/GO; Brasília/DF; Mato Grosso do Sul; João Pessoa/PB (3); Volta Redonda/RJ;Porto Alegre/RS.* 1 município atendido e 2 núcleos implantados pelo PI Infra-estrutura Esportiva.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000

ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

PROGRAMA: 27.812.0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS

AÇÃO: 27.812.0182.5454 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER

FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

APOIAR A DIVULGAÇÃO DE AÇÕES NO ÂMBITO DO ESPORTE EDUCACIONAL, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE ESPORTE COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS PRATICANTES, PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0182.5454	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER	1.581	441	27,89
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	1.581	441	27,89

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - EVENTO APOIADO	UN	27	0	0,00
2 - AÇÃO DESENVOLVIDA	UN	1	0	0,00
3 - EVENTO REALIZADO	UN	6	1	16,66

COMENTÁRIOS:

Ação executada para realização dos XXIV Jogos Escolares Brasileiros - JEBs, que contou com mais de 3.000 atletas/estudantes nas modalidades Atletismo, Basquetebol, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol e Xadrez, masculino e feminino, cujas escolas campeãs, por modalidade e categoria, representaria o Brasil nos Jogos Deportivos Escolares, que se realizaria em Lima, Perua, fato que não aconteceu em virtude da suspensão do evento decorrente da situação política enfrentada por aquele País na época. A extinção do Indesp prejudicou uma execução mais acentuada do programa.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000

ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

PROGRAMA: 27.812.0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO

AÇÃO: 27.812.0413.1542 - EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO-DIDÁTICO DO ESPORTE

FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

POSSIBILITAR A COMUNIDADE ESPORTIVA O ACESSO A INFORMAÇÃO SOBRE O ESPORTE EM GERAL, AUMENTANDO O ACERVO LITERÁRIO ESPORTIVO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.812.0413.1542	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO DIDÁTICO DO ESPORTE	523	58	11,09
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	523	58	11,09

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	UN	90.000	49.000	54,44

COMENTÁRIOS:

A elaboração da Proposta Orçamentária, localizando os gastos até o nível estadual, prejudicou a execução do Projeto. Saliente-se, também, as diversas substituições de dirigentes do órgão, bem como a extinção da autarquia responsável pela execução do programa.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.572.0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO
AÇÃO: 27.572.0413.1595 - ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

FOMENTAR E INCENTIVAR A PESQUISA ACADÊMICA COM DESTAQUE PARA A APLICADA E A QUE DESENVOLVA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DE TEMAS ENVOLVIDOS AO COTIDIANO ESPORTIVO

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.572.0413.1595	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS TÉCNOLÓGICAS PARA DESENVOLVIMENTO ESPORTE	152	98	64,47
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	152	98	64,47

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA	UN	14	*	

COMENTÁRIOS:

* - Os resultados de estudos e pesquisas somente estarão disponíveis no exercício de 2001, após relatório que será apresentado pelas instituições que receberam os recursos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.122.0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO
AÇÃO: 27.122.0413.3986 - IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

ACOMPANHAR E AVALIAR O IMPACTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO INDESP JUNTO A COMUNIDADE ESPORTIVA

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.122.0413.3986	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS	145	13	8,96
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	145	13	8,96

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - METODOLOGIA IMPLANTADA	UN	1	1	100,00

COMENTÁRIOS:

As diversas substituições de dirigentes do órgão, bem como a extinção da autarquia responsável pela execução do programa prejudicaram a execução do projeto.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

EXERCÍCIO: 2000
ÓRGÃO: 5100 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE RESPONSÁVEL: 153236 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)
PROGRAMA: 27.421.0661 - RESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
AÇÃO: 27.421.0661.5448 - PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE
FORMA DE APLICAÇÃO: CONVÊNIOS

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

ASSEGURAR A RESSOCIALIZAÇÃO DOS INTERNOS DO SISTEMA PENAL POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA OCIOSA DOS PRESIDIÁRIOS LOTADOS EM PENITENCIÁRIAS E CADEIAS PÚBLICAS, COM A PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

R\$1.000,00

CÓDIGO DA FUNCIONAL	(A)	(B)	%
27.421.0661.5448	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUTADO	(B/A)
PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE	2.210	1.616	73,12
	CRÉDITO INDISPONÍVEL		
	0		
TOTAL AUTORIZADO	2.210	1.616	73,12

VALORES EM UNIDADE

DESCRIÇÃO (OES) DA (S) METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	% (B/A)
1 - MATERIAL PRODUZIDO	UN	239.000	180.000	75,31

COMENTÁRIOS:

O material esportivo produzido no presente exercício totalizam, aproximadamente, 180.000 itens. O restante encontra-se pendente da execução de alguns convênios, cujas vigências foram prorrogadas para 2001.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

5. GESTÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Fruto de um trabalho altamente participativo, que contou com representantes de vários segmentos do esporte, o processo de planejamento estratégico, desenvolvido no primeiro semestre de 1999, propiciou debates profícuos sobre aspectos críticos do tema, determinando os caminhos julgados necessários ao desenvolvimento do esporte no Brasil, em toda a sua abrangência social.

A sistemática perfilhada para a elaboração do aludido Plano, determinou uma série de produtos, como missão institucional, visão de futuro, orientações estratégicas, programas e ações, todos baseados, fundamentalmente, no exame da legislação esportiva, incluindo o texto constitucional, das orientações estratégicas do Presidente da República e das expectativas da comunidade esportiva, o que delineia o ajuste da missão do extinto órgão aos objetivos definidos para a gestão das ações institucionais.

Os beneficiários das ações desenvolvidas pelo extinto Indesp, bem como os parceiros de suas realizações, representados pelos Estados, Municípios, Entidades Desportivas, Comunidade, entre outros, fazem uma avaliação positiva da sua atuação.

Esta percepção decorre do incremento das oportunidades oferecidas para a prática desportiva, nos segmentos do desporto de rendimento, educacional, portadores de deficiência e comunidade em geral, geradas pela injeção de recursos financeiros e de instalações e equipamentos esportivos colocados à disposição de um número crescente de usuários, distribuídos nas mais diversas regiões do País.

No ano de 2000, o Comitê de Planejamento Estratégico do Instituto trabalhou no sentido de estabelecer os indicadores de gestão, que serviriam como instrumentos de acompanhamento dos programas do extinto Indesp, que integram o Plano do Governo Federal “Avança Brasil”, no período 2000-2003.

Utilizando a metodologia determinada pela Secretaria de Planejamento e Avaliação do MOG, foram criados 4 indicadores para mensuração dos resultados dos programas cujo gerenciamento está sob a responsabilidade do Indesp, sendo 2 para o programa Brasil Potência Esportiva, 1 para o Esporte Solidário e 1 para o Esporte Direito de Todos.

Por princípio e conforme retratado na definição da sua missão institucional, a atuação do extinto Indesp teve forte conotação sócio-econômica, o que pode, inclusive, ser comprovado pelo seu programa de ação executiva, o qual contemplava projetos e atividades de grande alcance social, além de ser razoável afirmar que os valores sócio-econômicos são intrínsecos à atividade esportiva.

As ações prioritárias, de cunho estratégico, que compunham a proposta da extinta autarquia, tinham por norte o fomento ao Esporte Social, com ampla repercussão social e educacional, dotadas de mecanismos eficazes para o incentivo e desenvolvimento do desporto nas comunidades, sobretudo voltado às crianças, adolescentes e jovens carentes, além dos portadores de deficiência e atletas em geral, atingindo milhares de pessoas.

Um destaque especial deve ser dado ao projeto *Pintando a Liberdade*, que se vale da mão-de-obra de presidiários na fabricação de material e acessórios destinados à prática desportiva, gerando retorno financeiro para os presos, bem assim a possibilidade de redução de seu prazo prisional.

Vale lembrar que, do total de recursos financeiros utilizados pelo extinto Indesp no desenvolvimento de seu programa de fomento e desenvolvimento do desporto, cerca de R\$ 120 milhões foram aplicados em projetos de construção e adequação de espaços esportivos, gerando empregos e o aquecimento da

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

economia local, em regiões comprovadamente carentes. Portanto, promover o esporte nos diversos segmentos da sociedade brasileira é contribuir para a melhoria da saúde social e econômica do País.

6. GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO

Durante sua existência, o Indesp enfrentou acentuadas dificuldades para compor seu quadro funcional, não chegando, até a sua extinção, a se reestruturar organizacionalmente ante as evidências de sérias disfunções estruturais. O aumento da demanda interna e externa, em razão de suas várias atribuições, conduziu a extinta Autarquia à necessidade de reorganização e à adoção de providências prementes com vistas ao reequilíbrio da capacidade de absorção de trabalho.

O clima de urgência que norteou a preparação da nova estrutura, advinda com a criação do Ministério do Esporte e Turismo, contribuiu para um trabalho desprovido de uma metodologia consistente que assegurasse funcionalidade ao Indesp, inviabilizando uma análise mais detalhada das funções institucionais com o fito de desenhar uma adequada arquitetura organizacional, estabelecendo harmonia entre todas as unidades, que viesse propiciar melhor performance e efetividade à sua gestão.

Paralelamente às tentativas de soluções mais emergentes, é válido registrar que o Indesp celebrou, no ano em foco, contratos com a Caixa Econômica Federal a fim de valer-se da capilaridade geográfica dessa respeitável instituição para execução de atividades que não teve condições de desenvolver a contento, como as tarefas/rotinas relacionadas com as solicitações de construção de espaços esportivos, oriundas de todo o país, tais como: análise dos projetos de engenharia, fiscalização in loco das obras no curso de sua execução e apreciação das respectivas prestações de contas.

Torna-se válido registrar que, dado o volume de projetos que são pleiteados, e que comprometeram boa parcela dos recursos do Indesp, essa medida representou um grande passo para o processo de modernização administrativa da Autarquia, na medida em que supriu as identificadas carências de recursos humanos com eficiência e qualidade.

6.1 RECURSOS HUMANOS

O número de servidores do quadro de recursos humanos à disposição do Indesp, tanto em termos quantitativos como qualitativos, se apresentou aquém das reais necessidades da Autarquia, exigindo grande esforço para a realização dos resultados no exercício de suas atividades, tanto na área administrativa, como também nas áreas diretamente responsáveis pela execução dos programas e projetos de fomento e desenvolvimento do desporto nacional.

A direção do INDESP, cônica de que a situação apresentada trazia reflexos negativos à gestão de suas atribuições, empreendeu várias ações com o intuito de atenuar o problema em evidência, com destaque para:

- a busca, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MOG, de uma btação ideal que complementasse o atual quadro de servidores, sem, no entanto, ter-se logrado o êxito esperado até a sua extinção;
- a melhoria da qualidade dos recursos humanos, através do desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação, nas áreas de informática, licitações e contratos administrativos, recursos humanos, convênios e prestação de contas;
- a participação de servidores do quadro permanente no Projeto Despertar – Ensino Básico, cuja finalidade precípua foi proporcionar oportunidade de escolarização até o 2º grau completo;
- a terceirização de alguns serviços da área-meio, em atendimento, inclusive, às orientações governamentais neste sentido.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

A seguir, são apresentados quadros demonstrativos que explicitam a força de trabalho e respectivos custos no exercício de 2000, comparados aos exercícios anteriores:

QUANTITATIVO DE RECURSOS HUMANOS						
Comparativo 97-99						
ANO	Efetivos (Quadro)	Requisitados	Sem Vínculo	Aposentados	Cedidos	TOTAL
1997	109	23	37	10		179
1998	105	25	29	10		169
1999	102	17	23	09		151
2000	80	16	21	10	18	145
	396	81	110	39	18	644

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR UNIDADE ORGANIZACIONAL	
UNIDADE	QUANTIDADE
Presidência do INDESP	08
Assessoria Técnica	01
Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	02
Procuradoria-Geral	03
Diretoria de Administração e Finanças	65
Diretoria de Programas Especiais	13
Diretoria de Desenvolvimento do Desporto	12
Diretoria de Ciências Aplicada ao Esporte	10
Cedidos	21
Aposentados	10
TOTAL	145

A medida em que os servidores do extinto INDESP eram exonerados, seja a pedido ou em razão de nomeações para cargos em comissão no Ministério do Esporte e Turismo, em especial na novel Secretaria Nacional de Esporte, foi providenciado de imediato a exclusão da folha de pagamento da extinta autarquia.

GASTO COM PESSOAL POR SITUAÇÃO FUNCIONAL		
SITUAÇÃO DO SERVIDOR	QTDE.	VALOR (R\$)
Ativo Permanente	126	3.295.183,50
Inativo	10	180.794,15
TOTAL	136	3.475.977,65

GASTOS COM BENEFÍCIOS E ENCARGOS	
GATEGORIA DE GASTO	VALOR (R\$)
Concessão de Auxílio Alimentação	111.216,15
Concessão de Auxílio Transporte	86.874,57
Assistência Pré-Escolar	33.497,33
Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica	163.464,32
PASEP	1.440,40
TOTAL	396.492,77

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

6.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução Orçamentária e Financeira das atividades do extinto Indesp abrange o período de até a data de 27 de outubro de 2000 e de 28 de outubro até o último dia de execução dos atos praticados pela extinta Autarquia. Após aquela data, o saldo de recursos orçamentários disponíveis, no valor de R\$ 82.285.756,00, foi transferido para o Ministério do Esporte e Turismo, mediante Decreto de 11 de dezembro de 2000, passando a ser executado pela Unidade Gestora do MET.

A diferença apresentada entre o valor do crédito que transferiu os saldos das dotações e o valor de R\$ 65.136.637,00, do demonstrativo de execução orçamentária em anexo, refere-se ao cancelamento dos créditos que se encontravam bloqueados para atendimento de emendas parlamentares de construção, que seriam repassados à CAIXA, cabendo salientar que foram mantidos bloqueados os créditos orçamentários em tramitação na Secretaria de Orçamento Federal X Congresso Nacional.

Assim como os demais Órgãos/Entidades do Poder Executivo Federal, o extinto Indesp teve suas ações comprometidas em função dos limites para movimentação e empenho de despesas, impostos pelo Governo Federal no exercício de 2000. Essas restrições constituíram um desafio à gestão da extinta Autarquia, levando à Administração por fluxos de caixa e à contenção de despesas que seriam necessárias, interferindo no desenvolvimento da programação prevista. As rotineiras dificuldades burocráticas que afetam às transferências de recursos por intermédio de convênios, contribuíram, conjugado com as restrições orçamentárias citadas, para um recuo da execução de suas ações finalísticas. De qualquer sorte, constata-se um acréscimo de 44,33% na dotação orçamentária em relação ao exercício de 1999, a qual, em sua totalidade, proveio do Tesouro Nacional, conforme detalhamento da dotação autorizada por fonte de recursos:

DOTAÇÃO AUTORIZADA – EXERCÍCIO 2000

Fonte de Recursos	Descrição	% Participação 2000	Dotação Autorizada (Lei + Crédito)		Var % 2000/1999
			2000	1999	
0100	Rec. Ordinários – Tesouro	60,15	134.055.527,00	68.208.838,00	96,54
0125	Cont. Ad. S/ Conc. Prognóstico (Tesouro)	18,01	40.133.000,00	61.164.821,00	-34,39
0153	Contr. P/ Financiemen. da Seguridade Social	0,00	0,00	16.561,00	-100,00
0199	Rec. Do Fundo de Estab. Fiscal (Tesouro)	0,00	0,00	25.012.009,00	-100,00
0192	Saldo de Exercícios Anteriores - Recursos do Tesouro Nacional	16,02	35.700.000,00	0,00	
0115	Cont. p/ os Programas Esp. (PIN e Proterra)	5,82	12.965.000,00	0,00	
Total Geral		100,00	222.853.527,00	154.402.229,00	44,33

Este significativo acréscimo deve-se à inclusão, na Lei Orçamentária/2000, de crédito adicional oriundo de recursos da Fonte 192 – Saldo de Exercícios Anteriores Recursos do Tesouro Nacional, provenientes da incorporação de superávit financeiro do Tesouro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1999, das receitas vinculadas à Renda das Loterias Federais no valor de R\$ 15.700.000,00, utilizados para atender despesas dos Comitês Olímpicos e Paraolímpicos nas Olimpíadas de Sidney/2000, e R\$ 20.000.000,00 para atender despesas com o “Plano Nacional de Segurança Pública – Combate a Violência”, visando a implantação de Núcleos Esportivos ligados ao programa de governo “Esporte Solidário”.

A execução orçamentária por grupo de despesa, do exercício de 2000 até a data de extinção da Autarquia, foi 21,17% maior que a realizada em 1999. Observa-se que, em relação a execução por Fonte de Recursos, o percentual executado alcança 58% em relação ao total da dotação consignada na Lei Orçamentária e créditos adicionais. Apesar deste aumento de execução, parte do orçamento ficou indisponibilizado pelas contenções

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

impostas pelo Governo Federal, por meio dos limites de movimentação e empenho de despesas fixados pelo Decreto nº 3.473/00 e suas alterações posteriores.

EXECUÇÃO POR FONTE DE RECURSOS
EXERCÍCIO DE 2000 - % Executado até 27/10/00

Fonte de Recursos	Descrição	% Executado
0100	Rec. Ordinários – Tesouro	62,90
0125	Cont. Ad. S/ Conc. Prognóstico (Tesouro)	63,93
0192	Saldo de Exercícios Anteriores - F Tesouro	23,96
0115	Cont. p/ os Programas Esp. (PIN e Proterra)	82,61
Total Geral		58,00

EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA
Comparativo exercícios 1999/2000
Executado até 27/10/2000

Grupo de Despesa	Descrição	Executado		Var % 2000/1999
		2000	1999	
1	Pessoal e Enc. Sociais	2.969.607,14	3.752.222,74	-20,86
3	Outras Despesas Correntes	32.507.415,13	38.404.935,89	-15,36
4	Investimentos	93.766.883,60	64.508.095,41	45,36
Total Geral		129.243.905,87	106.665.254,04	21,17

No tocante à execução por “Grupo de Despesa”, verifica-se, de acordo com os dados contidos no quadro anterior, que houve um acréscimo de 45,36% no Grupo “Investimentos” e uma redução de 15,36%, no tocante ao Grupo “Outras Despesas Correntes”.

Em relação à execução por “Modalidade de Aplicação”, verifica-se que, dos recursos consignados no Orçamento do extinto Indesp no exercício de 2000/até 27/10/2000, houve um decréscimo, em relação ao exercício anterior, nas Transferências a Estados e DF de 7,27% e, nas Transferências a Municípios, um acréscimo de 25,35%, basicamente através das emendas parlamentares de construção de quadras Poliesportivas em comunidades carentes. Considerando o mesmo período, houve um acréscimo de 44,72% nas Transferências a Instituições Privadas.

EXECUÇÃO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO
Executado até 27/10/2000

Modalidade de Aplicação	Descrição	% Executado 2000	Executado 2000	Executado 1999	Var % 2000/1999
30	Trans. a Estados e DF	68,79	15.772.459,83	17.009.488,57	-7,27
40	Trans. a Municípios	64,39	83.285.049,64	66.443.372,42	25,35
50	Trans. a Instituições Privadas	67,99	21.577.757,04	14.910.388,34	44,72
90	Aplicações Diretas	24,01	8.608.639,36	8.299.004,71	3,73
Total Geral		58,00	129.243.905,87	106.662.254,04	21,17

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

No que se refere à execução por “projeto/atividade”, observa-se que a maior parte dos recursos comprometidos, no exercício de 2000, foram com os projetos de Infra – Estrutura Esportiva consignados no orçamento do extinto Indesp através das emendas parlamentares. Veja quadro detalhado a seguir:

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (POR PROJETO/ATIVIDADE)

Projeto/Atividades	DIRETORIA	CÓDIGO	Dot. Orç. (Lei + Créd.)	Comprometido	%Realizado	Disponível
ÁREA FIM - PROJETOS	RESPONSÁVEL		(***)	(*)		(**)
Implantação de Metodologia de Avaliação de Programas	DICAE	3986 0001	145.500,00	13.175,60	9,06	132.324,40
Capacitação de RH em Esporte	DICAE	5452.XXXX	565.000,00	55.040,00	9,74	509.960,00
Capacitação de RH para o Esporte de Rendimento	DICAE	1535 0001	50.000,00	22.397,75	44,80	27.602,25
Capacitação de RH para o Esporte de Rend. Pessoas Port	DICAE	1567 0001	274.275,00	58.737,55	21,42	215.537,45
Capacitação de Rh em Esporte e Lazer	DICAE	1520.XXXX	1.291.554,00	701.522,18	54,32	590.031,82
Contr. a Conf. dos Min. Resp. p/ Desporto dos Países	DICAE	0163 0001	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
Contr. ao Conselho Ibero Americano do Desporto	DICAE	0167 0001	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
Moderniz. de Centro Científico e Tecnológico p/ o Esporte	DICAE	1616 XXXX	2.003.475,00	435.603,00	21,74	1.567.872,00
Est. e Pesquisas Científicas e Tecn. p/ Desenv. Do Esporte	DICAE	1595 0001	152.940,00	98.667,00	64,51	54.273,00
Promoção de Eventos e Intercâmbios Cient. e Tecn.	DICAE	1623 0001	805.100,00	639.481,72	79,43	165.618,28
Concurso Temático sobre o Esporte	DICAE	3985 0001	106.700,00	0,00	0,00	106.700,00
Edição e Distribuição de Material Téc. Didático do Esporte	DICAE	1542 0001	523.800,00	58.500,00	11,17	465.300,00
Inventário de Infra-Estrutura Esportiva Nacional	DICAE	3987 0001	32.793,00	0,00	0,00	32.793,00
Part. De Deleg. Bras. Em Compet. Nac. e Intern. De PPD	DIDES	1618 0001	5.220.000,00	4.441.881,07	85,09	778.118,93
Part. De Deleg. Bras. Em Compet. Nac. e Intern. De Rend.	DIDES	1619 0001	16.805.000,00	15.955.551,82	94,95	849.448,18
Promoção de Eventos Esportivos de Rendimento	DIDES	1625 0001	812.899,00	795.470,00	97,86	17.429,00
Promoção de Eventos Esportivos p/ Pessoas Port. Defic.	DIDES	1626 0001	850.000,00	572.090,81	67,30	277.909,19
Implantação de Núcleos de Esporte em Com. Carentes	DIDES/DIPES	1543 XXXX	11.006.247,00	2.317.800,10	21,06	8.688.446,90
Promoção de Eventos de Esporte e Lazer	DIDES	5454 XXXX	1.581.779,00	441.000,00	27,88	1.140.779,00
Implantação de Núcleos de Esporte	DIDES/DIPES	5453 XXXX	1.674.913,00	589.824,16	35,22	1.085.088,84
Produção de Material Esportivo por Detentos	DIPES	5448 XXXX	2.210.800,00	1.499.970,00	67,85	710.830,00
Campanha na Area do Esporte	DIPES	1505 0001	567.450,00	567.450,00	100,00	0,00
Produção de Eventos Esp. Ident Cultural e Criação Nac.	DIPES	1624 0001	464.918,00	464.918,00	100,00	0,00
Apoio a Proj. Preventivos Social Voltados ao Esporte	DIPES	7809 0001	20.000.000,00	0,00	0,00	20.000.000,00
	DIPES			-37.419.062,24		37.419.062,24
Sub-Total			67.148.143,00	29.729.080,76	44,27	37.419.062,24
ÁREA FIM - ATIVIDADES						
Funcionamento de Núcleos de Esporte em Com. Carent.	DIDES/DIPES	2667 XXXX	9.322.781,00	8.531.217,46	91,51	791.563,54
Funcionamento de Núcleos de Esporte	DIPES	4412 XXXX	2.146.101,00	1.067.771,95	49,75	1.078.329,05
Sub-Total			11.468.882,00	9.598.989,41	83,70	1.869.892,59
TOTAL ÁREA FIM			78.617.025,00	39.328.070,17	50,02	39.288.954,83

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

Projeto/Atividades	DIRETORIA	CÓDIGO	Dot.Orç. (Lei+Créd.)	Comprometido	%Realizado	Disponível
ÁREA MEIO			(***)	(*)		(**)
Manutenção de Serviços Administrativos	DIAFI	2000 0109	1.597.964,00	906.392,20	56,72	691.571,80
Manutenção de Serviços de Transporte	DIAFI	2001 0047	25.030,00	25.030,00	100,00	0,00
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	DIAFI	2002 0049	388.896,00	388.695,88	99,95	200,12
Remuneração de Pessoal Ativo da União e Enc. Sociais	DIAFI	2025 0017	4.948.584,00	4.948.584,00	100,00	0,00
Ações de Informática	DIAFI	2003 0035	309.620,00	47.356,40	15,30	262.263,60
Capacitação de Serv. Púb. em Processo de Qual. e Requal.	DIAFI	4572 0045	72.000,00	36.405,14	50,56	35.594,86
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	DIAFI	2012 0095	155.022,00	155.022,00	100,00	0,00
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	DIAFI	2011 0109	94.134,00	94.134,00	100,00	0,00
Assis. Pré escolar aos Depend. dos Serv. e Empregados	DIAFI	2010 0093	42.486,00	42.486,00	100,00	0,00
Moderniz.de Infra-Estrutura Esp. Com. Carentes (Emendas)	DIAFI	3073 XXXX	6.869.500,00	4.205.500,00	61,22	2.664.000,00
Moderniz.de Infra-Estrutura Esp. Com. Carentes (Indesp)	DIAFI	3073 0001	500.000,00	500.000,00	100,00	0,00
Implant.de Infra-Estrutura Esp.Com. Carentes (Emendas)	DIAFI	5450 XXXX	74.217.750,00	52.216.000,00	70,36	22.001.750,00
Implant.de Infra-Estrutura Esp. Com. Carentes (Indesp)	DIAFI	5450 0003	4.624.500,00	4.474.500,00	96,76	150.000,00
Implant.ão de Infra-Estrutura Esp.Com. Carentes (Indesp)	DIAFI	5450 1362	50.000.000,00	50.000.000,00	100,00	0,00
Assis. Médica e Odontológica aos Servid. e Seus Depend.	DIAFI	2004 0093	165.600,00	134.880,00	81,45	30.720,00
Pagamento de Aposentadoria a Servidores Civis	DIAFI	0181 0041	214.036,00	213.834,01	99,91	201,99
Pagamento de Pensões - Servidores Civis	DIAFI	0182 0013	11.380,00	0,00	0,00	11.380,00
TOTAL ÁREA MEIO			144.236.502,00	118.388.819,63	82,08	25.847.682,37
TOTAL GERAL (ÁREAS FIM E MEIO)			222.853.527,00	157.716.889,80	70,77	65.136.637,20

FONTE: SIAFI - POSIÇÃO OUTUBRO (FECHADO)

(*) **Comprometido:** Considerado os Empenhos Liquidados + a Liquidar + Crédito Movimentado + Notas de Bloqueio

(**) **Disponível em relação a Lei (LOA)**

(***) Neste valor está incluído o crédito de superávit financeiro no valor de R\$ 15.700.000,00 sendo:

A) 10.500.000,00 para o COB/Rendimento 4.000.000,00 para COB/PPD e R\$ 1.200.000,00 para Laboratório Anti-Dopping.

Após a extinção de INDESP foi constituída, através da Portaria nº 153, de 6 de novembro de 2000, DOU de 7 de Novembro de 2000, expedida pelo excelentíssimo senhor Ministro de Estado do Esporte e Turismo, comissões para proceder os atos relativos ao inventário da extinta Autarquia.

Foi solicitado através da SSPOA/MET, junto a SOF/MP, a transferência dos saldos orçamentários do extinto Indesp para a Administração Direta do Ministério do Esporte e Turismo. No entanto, aquela Secretaria de Orçamento Federal negou proceder a transferência dos saldos orçamentários alegando que a Medida Provisória nº 2049-24, de 26/10/00- DOU de 27/10/00, não foi explícita na determinação do procedimento a ser adotado quanto aos saldos orçamentários, alegando ainda, que deveria haver parágrafo na MP, afirmando textualmente que os saldos remanescentes da programação financeira do INDESP seriam destinados ao MET, o que não ocorreria.

Deste modo, e para que as atividades não fossem totalmente paralisadas, foi editada a Portaria nº 161, de 08 de novembro de 2000, visando efetivação dos atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos a conta da extinta Autarquia.

A alteração levantada pela SOF/MP foi atendida no parágrafo 1º do artigo 25 da MP 2.049-25, publicada no Dou de 23 de novembro de 2000. Somente 19 dias após a republicação dessa Medida, foram transferidos os saldos das dotações orçamentárias do extinto Indesp para o Ministério do Esporte e Turismo, através do decreto de 11 de Dezembro de 2000.

Por orientação da SSPOA o extinto Indesp deveria liquidar todos os compromissos para, em seguida, providenciar a transferência de saldos das contas contábeis à unidade gestora do MET.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 28 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO

Até 27 de outubro de 2000

Grupo de Despesa	Descrição	Dotação % Participação	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado	Crédito Disponível
									2.192.810,8		
1	Pessoal e Enc. Sociais	2,32	5.174.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.162.418,01	7	2.969.607,14	11.581,99
3	Outras Desp. Correntes	26,09	58.135.977,00	33.220,00	0,00	1.071.712,93	0,00	34.436.433,8	3.000.731,6	31.435.702,2	18.197.758,8
			159.543.550,0		1.030.000,0	93.470.544,0	93.424.500,0	1	1	0	1
4	Investimentos	71,59	0	1.030.000,00	0	0	0	808.709,60	512.370,00	296.339,60	0
TOTAL GERAL			222.853.527,0	1.030.000,0	94.542.256,9	93.424.500,0	40.407.561,4	5.705.912,4	34.701.648,9	465.136.637,20	

Até 31 de dezembro de 2000

Grupo de Despesa	Descrição	Dotação % Participação	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado	Crédito Disponível
1	Pessoal e Enc. Sociais	2,32	4.112.418,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	2.847.364,05	0,00	4.197.490,60	664.928,40
3	Outras Desp. Correntes	26,09	41.194.394,00	2.500,00	0,00	6.567.990,65	0,00	38.742.601,7	0,00	33.500.967,6	908.953,94

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

		100.746.459,0		1.030.000,092.951.082,5	89.888.938,5							
4	Investimentos	71,59	0	1.030.000,00	0	7	7	1.100.209,60	0,00	808.709,60	8.016.666,83	
				146.053.271,0				1.030.000,099.819.073,2	89.888.938,5	42.690.175,3	38.507.167,8	
	TOTAL GERAL	100,00	0	1.032.500,00	0	2	7	7	0,00	0	9.590.549,17	

Até 27 de outubro de 2000

Modalidade de Aplicação	Descrição	Dotação % Participação	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado	Crédito Disponível
30	Transf. Estados e DF		17.974.787,00	4.879.659,34		0,009.239.659,34	4.360.000,00	7.472.451,03	939.650,54	6.532.800,49	4.370.248,86
				44.643.885,5		131.678.385,5	87.914.500,0				28.768.769,5
40	Transf. a Municípios		85.647.182,00	0	880.000,00	50	0	2.521.798,00	585.133,86	1.936.664,14	0
								21.679.036,9		20.941.963,8	
50	Transf. a Inst. Privadas		31.719.790,00	160.793,16	0,00	635.793,16	475.000,00	8	737.073,10	8	4.529.890,18
72	Transf. a Org. Intern.	2,32	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
									3.444.054,9		24.464.728,6
90	Aplicações Diretas	26,09	34.178.768,00	1.708.882,00	150.000,00	3.318.418,93	675.000,00	8.734.275,41	8	5.290.220,43	6
				-		-					
				50.330.000,0		50.330.000,0					
99	A Classificar	71,59	53.330.000,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
				222.853.527,0		1.030.000,094.542.256,9	93.424.500,0	40.407.561,4	5.705.912,4	34.701.648,9	
	TOTAL GERAL	100,00	0	1.063.220,00	0	3	0	2	8	465.136.637,20	

Até 31 de dezembro de 2000

Modalidade de	Descrição	Dotação %	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados	Crédito Empenhado	Crédito Disponível
---------------	-----------	-----------	------------------------	--------------------	-------------------	---------------------	--------------------	-------------------	---------------------	-------------------	--------------------

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

Aplicação	Participação							a Liquidar	Liquidado	
										10.124.740,5
30	Transf. Estados e DF	7.097.975,00	4.839.459,34	0,00	4	4.580.000,00	8.020.534,53	0,00	6.897.663,82	174.691,32
			45.879.335,5				128.971.319,83			83.971.983,8
40	Transf. a Municípios	48.917.381,00	0	880.000,00	32	2.295.269,00	24.143.353,4	0,00	2.521.767,00	7.832.768,68
										21.450.208,7
50	Transf. a Inst. Privadas	26.669.662,00	160.793,16	0,00	5	357.639,00	661.954,75	0,00	4	88.740,58
72	Transf. a Org. Intern.	2,32	0,00	0,00	0,00	695.374,36	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Aplicações Diretas	26,09	13.038.253,00	482.912,00	150.000,00	0,00	675.000,00	7.569.018,41	0,00	7.637.528,24
										1.494.348,59
										-
			50.330.000,0			50.330.000,0				
99	A Classificar	71,59	50.330.000,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			146.053.271,0			1.030.000,09	819.073,2	89.888.938,5	42.690.175,3	38.507.167,8
	TOTAL GERAL	100,00	0	1.032.500,00	0	2	7	7	0,00	0
										9.590.549,17

Até 27 de outubro de 2000

Fonte de Recurso	Descrição	Dotação % Participação	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado	Crédito Disponível
			134.055.527,0			82.374.500,0	82.374.500,0				30.188.996,3
0100	Rec. Ordinários - Tesouro	2,32	0	263.220,00	230.000,00	0	0	2.854.917,61	906.951,64	1.947.965,97	9
	Cont. p/ os Programas Esp. (PIN e Proterra)		12.965.000,00	800.000,00	800.000,00	0	0	80.000,00	0,00	80.000,00	3.055.000,00
0115	Cont. Ad. S/ Conc. Prognóstico (Tesouro)	26,09	40.133.000,00	0,00	0,00	1.537.756,93	420.000,00	0	7	3	9.670.456,22
	Saldo de Ex. Ant. - Rec.										22.222.184,5
0192	Tesouro Nacional	71,59	35.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.977.815,41	424.079,57	8.553.735,84	9
			222.853.527,0			1.030.000,09	542.256,9	93.424.500,0	40.407.561,4	5.705.912,4	34.701.648,9
	TOTAL GERAL	100,00	0	1.063.220,00	0	3	0	2	8		465.136.637,20

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

Até 31 de dezembro de 2000

Fonte de Recurso	Descrição	Dotação % Participação	Dot. Aut. (Lei + Créd)	Créditos Recebidos	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Provisão Concedida	Empenhos Emitidos	Créditos Empenhados a Liquidar	Crédito Empenhado Liquidado	Crédito Disponível	
						82.756.899,6	79.738.688,5					
0100	Rec. Ordinários - Tesouro	2,32	90.428.873,00	232.500,00	230.000,00	2	7	3.358.454,24	0,00	2.972.975,88	5.981.498,50	
	Cont. p/ os Programas Esp. (PIN e											
0115	Protterra)		9.910.000,00	800.000,00	800.000,00	8.710.000,00	8.710.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	1.920.000,00	
	Cont. Ad. S/ Conc. Prognóstico							29.936.521,0		26.536.984,9		
0125	(Tesouro)	26,09	30.757.878,00	0,00	0,00	2.875.568,92	245.000,00	3	0,00	4	1.126.340,33	
0150			535.500,00	0,00	0,00	5.476.604,68	0,00	0,00	0,00	0,00	535.500,00	
	Saldo de Ex. Ant. - Rec.											
0192	Tesouro Nacional	71,59	14.421.020,00	0,00	0,00	0,00	1.195.250,00	9.315.200,10	0,00	8.917.206,98	27.210,34	
			146.053.271,0			1.030.000,099.819.073,2	89.888.938,5	42.690.175,3		38.507.167,8		
	TOTAL GERAL	100,00		0	1.032.500,00	0	2	7	7	0,00	0	9.590.549,17

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

A Unidade Gestora 153236/26295 (Indesp) continuou a executar todas as despesas legalmente empenhadas até 27/10/2000, inclusive “Restos a Pagar” referentes a emendas parlamentares de 1999 que não foram pagas em virtude da Lei Eleitoral. Registre-se que questões levantadas pelo Ministério Público Federal, inclusive com ações judiciais, aliadas à deficiente instrução processual, motivaram a edição, pelo extinto Indesp, da Portaria nº 47, de 21 de maio de 2000, que provocou a anulação de 293 convênios e respectivos saldos inscritos em “Restos a Pagar”.

7. BINGOS

Os jogos de bingo passaram a ter permissividade legal no Brasil através da Lei nº 8.672 (“Lei Zico”), de 6 de julho de 1993, com o intuito de prover as entidades desportivas de recursos específicos para o fomento de seu esporte. Com o advento da Lei 9.615 – “Lei Pelé”, editada em 24 de março de 1998, e de seu regulamento, o Decreto 2.574, de 29 de abril de 1998, publicado no DOU do dia seguinte, as autorizações e fiscalização dos bingos passaram à responsabilidade do extinto Indesp. Antes, tais atribuições eram da competência das respectivas Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

Em outros termos, denota dizer que o legislador estabeleceu a competência, porém não ofereceu ou previu os meios para o desempenho do novo papel atribuído a este Instituto, que já sinalizava com um quadro de servidores e uma estrutura organizacional incompatíveis com sua realidade, antes mesmo da incumbência em voga, inclusive porque a arquitetura regimental vigente não se coadunava com especificidade das tarefas relativas ao bingo, não havendo, no início, uma unidade organizacional para tratá-las.

Mesmo assim, a administração do Indesp tomou algumas providências urgentes para que tais questões não tivessem prejuízos ainda maiores, como, por exemplo, além de atos internos disciplinando os procedimentos relativos à análise e concessão de credenciamentos e autorizações, a celebração de convênios relativos às atividades de jogo de bingo com as Secretarias da Fazenda e Loterias Estaduais, conforme quadro abaixo:

Nº	UF	ÓRGÃO CONVENIADO
1.	CE	SECRETARIA DA FAZENDA DO CEARÁ
2.	ES	SECRETARIA DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
3.	GO	LOTERIA DO ESTADO DE GOIÁS
4.	MA	SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO
5.	MG	LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
6.	MS	LOTERIA ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
7.	PA	LOTERIA DO ESTADO DA PARÁ
8.	PB	LOTERIA DO ESTADO DA PARAÍBA
9.	PR	SERVIÇOS DE LOTERIAS DO ESTADO DO PARANÁ
10.	RJ	LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
11.	RO	LOTERIA DO ESTADO DE RONDONIA
12.	SC	LOTERIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em meio a várias denúncias deflagradas em 1999 envolvendo bingos, e com o setor cada vez mais deficitário de servidores e equipamentos, foram publicadas várias portarias suspendendo as análises de credenciamento e autorização para jogos de bingos. Todavia, diversas entidades desportivas aportaram na Justiça Federal em busca da concessão de liminares para que o extinto Indesp efetuasse as análises dos referidos processos, as quais, por determinação judicial, eram procedidas em um curto espaço de tempo. Vale registrar que

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

No relato acima transcrito, fica evidente que o extinto Indesp nunca teve uma estrutura compatível com as suas atribuições legais para as atividades do jogo de bingo, apesar do esforço de seus dirigentes e dos servidores do setor, que tiveram uma postura impassível diante do problema. Ao revés, buscou-se, a todo momento, mesmo com as inúmeras dificuldades encontradas, como o impraticável remanejamento interno de servidores e a sempre improvável redistribuição de servidores de outros órgãos.

Apesar dos inúmeros problemas estruturais e funcionais do setor, que se tornaram mais agudos nessa última gestão, foram adotadas algumas providências para organizá-lo, deixando-o mais transparente e com a produção de resultados reputados satisfatórios, como, por exemplo: a) todos os processos foram identificados, cadastrados e armazenados em caixas/arquivos; b) as análises dos processos foram efetuadas por ordem de entrada, exceto para atender mandados de segurança; c) as entidades desportivas passaram a acompanhar o andamento dos referidos processos; d) as informações sobre bingos passaram a ser respondidas com maior rapidez e segurança; e e) foram criados controles em relação as prestações de contas.

Os quadro demonstrativos abaixo, trazem uma visão das atividades desenvolvidas na área durante o ano de 2000, especificamente quantos às solicitações de credenciamentos, de bingos eventuais e permanentes e respectivas prestações de contas.

Credenciamento/2000

Pedidos Deferidos	Pedidos Indeferidos	Pedidos em Andamento
130	25	188

Bingo Permanente/2000

Pedidos Deferidos	Pedidos Indeferidos	Pedidos em Andamento
111	38	108

Bingo Eventual/2000

Pedidos Deferidos	Pedidos Indeferidos	Pedidos em Andamento
183	15	14

Prestação de Contas/2000

TOTAL BRUTO	IRRF	7% DO FOMENTO
R\$ 160.298.499,57	R\$ 16.342.691,12	R\$ 11.220.894,97

8. CONVÊNIOS

A execução dos programas sob a responsabilidade do Indesp era traduzida pela parceria com estados, municípios, organizações esportivas e comunidades, dentre outras. Para tanto, a instituição valeu-se, basicamente, do instrumento de convênio para a transferência dos recursos necessários à implementação dos projetos e atividades de fomento e desenvolvimento do desporto no País.

Diante do quantitativo de convênios e recursos financeiros requeridos anualmente para a área de construção, a Direção do Instituto fez por editar a Portaria nº 32, de 27 de abril de 2000, objetivando orientar os seus parceiros com vistas à celebração de convênios para financiamento de projetos de infraestrutura esportiva, de forma a propiciar a correta análise do pleito bem como o acerto na aplicação dos recursos e a legalidade dos atos administrativos inerentes ao processo.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO (extinto)

Como já dito, a extinta autarquia firmou com a Caixa Econômica Federal, em 26 de maio de 2000, o Contrato nº 10/2000, tendo por objeto a operacionalização de projetos de infra-estrutura esportiva, mediante o repasse de recursos consignados no Orçamento Geral da União, com fundamento no Decreto nº 1.819, de 16 de fevereiro de 1996, e art. 25 da Lei nº 8.666/93, cabendo à CAIXA proceder as análises técnicas, firmar os respectivos contratos com as Prefeituras Municipais selecionadas, liberar os recursos, acompanhar e atestar suas execuções e analisar as prestações de contas.

No que atine aos convênios em situação de análise da prestação de contas, em atraso, cabe registrar que a Administração do extinto Indesp, embora com grandes dificuldades operacionais impostas pela carência de recursos humanos, não tem medido esforços para a normalização do cenário. Quanto aos convenentes inadimplentes e aqueles em tomada de contas especial, cumpre esclarecer que as diligências a cargo da Autarquia estavam sendo empreendidas dentro de uma regularidade possível, capitaneada pelas precárias condições estruturais e funcionais do órgão, o que tornou impraticável a execução de um trabalho que exaurisse os processos de prestação de contas pela unidade responsável pelas suas análises, dado que a quantidade remanescente de processos encaminhados ao setor, cerca de 2.200 relativos aos exercícios de 1994 a 2000, repercutiu negativamente no cumprimento integral de suas atribuições.

À exceção dos projetos de infra-estrutura esportiva, cujo processamento e demais atos relativos à sua consecução e baixa ficaram a cargo da Caixa Econômica Federal, o documento anexo traz relacionados os convênios celebrados pelo extinto Indesp no exercício de 2000.

Brasília, março de 2001.

PAULO ANDRÉ JUKÓSKI DA SILVA

ANEXO

CONVÊNIOS CELEBRADOS NO EXERCÍCIO DE 2000